



GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Contratante: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Supervisão: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

**SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**

**Elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico – Edital
0012/2009**

**PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
DE
LINDÓIA DO SUL**

VOLUME II

**Processo de Participação da Sociedade na
Elaboração do Plano**

**DEZEMBRO
2011**

ENGEVIX CONSÓRCIO ENGEVIX / AZIMUTE





GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Contratante: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Supervisão: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

João Raimundo Colombo

Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Paulo Roberto Barreto Bornhausen

Secretário de Estado

DIRETORIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE - DSMA

Luiz Antônio Garcia Corrêa

Diretor

COORDENAÇÃO DE PROJETOS ESPECIAIS

Daniel Casarin Ribeiro

Coordenador de Projetos Especiais

GERÊNCIA DE DRENAGEM URBANA, ÁGUA E ESGOTO – GEDRA

Thays Saretta Sulzbach

Gerente de Drenagem Urbana, Água e Esgoto

COMISSÃO TÉCNICA DE ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DO PROJETO

Bruno Henrique Beilfuss - Eng.º Florestal

Catiusia Gabriel – Bióloga

Cláudio Caneschi - Eng.º Civil

Cleiton Prestes Guedes – Eng.º Civil

Daniel Casarin Ribeiro - Eng.º Agrônomo



GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Contratante: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Supervisão: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Eduardo Sartor Scangarelli – Geólogo

Frederico Gross - Eng.º Ambiental

Livia Ceretta – Geógrafa

Lúcia Andrea de Oliveira Lobato – Eng.ª Agrônoma

Maureen Albina Gonçalves – Pedagoga

Milton Aurelio Uba de Andrade Junior. – Eng.º Ambiental

Robson Ávila Wolff - Eng.º Sanitarista

Solano Andreis - Eng.º Agrônomo

Stevens Spagnollo – Eng.º Sanitarista e Ambiental

Thays Saretta Sulzbach – Bióloga

Victor Speck – Eng.º Ambiental



GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Contratante: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Supervisão: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

EQUIPE TÉCNICA E DE APOIO DA CONSULTORA

Wilson Vieira – Eng. Civil – Coordenador Geral

Harua Okawa – Especialista em Água e Esgoto

Antonio Carlos Ramuski - Eng Civil – Especialista em Resíduos Sólidos

Celso Olavo Medina Gião – Eng. Civil – Drenagem Urbana

José Armando Silva de Oliveira – Eng. Cartógrafo – Especialista em Geoprocessamento

Rita de Cassia Rodrigues – Eng. Sanitarista

Maria de Fátima Rezende – Advogada



GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Contratante: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Supervisão: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

SUMÁRIO

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	6
APRESENTAÇÃO.....	12
1. PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO	14
2. ESTRUTURAÇÃO DOS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL DO ACOMPANHAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO.....	17
2.1 Sistema de Informações de Saneamento Básico.....	17
2.2 Conferência Municipal de Saneamento Básico	17
2.3 Fórum Municipal de Saneamento Básico	18
2.4 Conselho Municipal de Saneamento Básico	18
3 MOBILIZAÇÃO SOCIAL	21
3.1 Objetivos	21
3.2 Atividades Desenvolvidas.....	22
4 FASES DO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO	26
4.1 Fase Preliminar – Apresentação da Metodologia de Elaboração do Plano Municipal de Saneamento	26
4.1.1 Composição do Grupo Executivo de Saneamento Básico - GES	26
4.1.2 Audiência pública preliminar – apresentação da metodologia de elaboração do plano municipal de saneamento	27
4.2 Apresentação do diagnóstico dos serviços de saneamento básico.....	28
4.2.1 Pesquisa de Contribuição da Comunidade	28
4.2.1.1 Resultado dos dados obtidos.....	32
4.3 Apresentação das proposições dos serviços de saneamento básico.....	37
4.4 Apresentação da Versão Preliminar do Plano Municipal de Saneamento Básico	39
4.5 Apresentação da Versão Final do Plano Municipal de Saneamento Básico	41
5. ANEXOS.....	42



GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Contratante: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Supervisão: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Sistemática de Participação Social	24
Figura 2 – Modelo dos Questionários.....	30
Figura 3 – Modelo de Questionário Aplicado.....	31
Figura 27 - Índice de abastecimento de água nos domicílios.....	32
Figura 28 - Índice de domicílios providos de caixa d'água	33
Figura 29 - Volume das caixas d'água no município	33
Figura 30 - Freqüência de limpeza das caixas d'água	34
Figura 31 - Índice de satisfação com a limpeza pública	34
Figura 32 - Freqüência de coleta de Resíduos.....	35
Figura 33 - Índice de disponibilidade de separação para coleta seletiva	35



GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Contratante: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Supervisão: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

LISTA DE FOTOS



GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Contratante: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
Supervisão: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

LISTA DE FOTOS

Foto 1- Grupo GES	26
Foto 2 - Audiência Pública Preliminar	28
Foto 3 - Reunião/Oficina 1	36
Foto 4 – Audiência Pública 1	37
Foto 5: Oficina/Reunião 2 Grupo Executivo	38
Foto 6: Audiência Pública 2.....	39
Foto 7 - Oficina/Reunião 3	40
Foto 8- Audiência Pública 3.....	40
Foto 9 - Audiência Pública Final.....	41



GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Contratante: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Supervisão: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

APRESENTAÇÃO



GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Contratante: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Supervisão: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

APRESENTAÇÃO

Este volume compreende os dados referentes ao processo de participação social no Plano Municipal de Saneamento Básico.

A estruturação do mecanismo de participação social vai ao encontro da regulamentação e implantação das diretrizes nacionais, estaduais e municipais para o saneamento básico, com objetivo estratégico de universalização dos serviços de saneamento e a participação efetiva da sociedade no controle social das ações deflagradas.

A participação social permite obter informações que usualmente não estão disponíveis nas fontes convencionais de consulta e que, por meio de técnicas especiais e de profissionais experientes são incorporadas ao PMSB, permitindo que o cidadão possa efetivamente acompanhar a sua implementação.



GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Contratante: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Supervisão: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

1 PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO

1. PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NA ELABORAÇÃO DO PLANO

Os diversos atores sociais devem ser envolvidos para integrar de forma articulada e propositiva a formulação das políticas públicas, desde a construção do Plano Municipal de Saneamento Básico, como no acompanhamento das etapas de sua implementação, na gestão e avaliação sistemática dos serviços de saneamento. “A idéia é que a comunidade seja mais do que a beneficiária passiva dos serviços públicos, seja atuante, defensora e propositora dos serviços que deseja em sua localidade, por meio do diálogo entre sociedade civil e poder público” (BRASIL, 2009, p.15).

Assim, os inúmeros grupos e instituições constituintes da chamada sociedade civil organizada como: organizações não governamentais, organizações da sociedade civil de interesse público, associações, cooperativas, sindicatos, entidades de classe e grupos organizados são atores que devem e podem atuar junto aos órgãos públicos, no planejamento de ações, na cobrança de investimentos necessários, no monitoramento, na fiscalização das ações e na minimização dos impactos socioambientais.

Há um desafio a vencer dentro da cultura administrativa brasileira que está relacionado com a capacidade de articular as diversas competências e habilidades desses atores num processo integrado de reflexão e debate, tanto na etapa da construção do Plano Municipal de Saneamento Básico, quanto para sua efetiva implementação e revisão, contribuindo no processo de mudança da realidade sanitária municipal, num efetivo processo de instalação da governança administrativa.

Entre as atribuições dos gestores públicos está a formulação de políticas públicas que estimulem os processos participativos e proporcionem aos seus servidores processos de capacitação. Como o Plano Municipal de Saneamento Básico é uma construção dos atores sociais e do poder público municipal, faz-se *mister* que os servidores que atuam nessa prestação de serviços e os representantes da sociedade civil organizada participem das reuniões, oficinas e audiências para compreender a forma de construção desse Plano, quais são seus produtos, como farão a fiscalização e o monitoramento das ações, numa visão que integra a saúde pública, o meio ambiente e o saneamento.



GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Contratante: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Supervisão: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

É importante também que as instituições acadêmicas participem das reuniões, das oficinas, das palestras, conferências e audiências no sentido de aportar conhecimento técnico-científico e se aproximando das demandas populares. O setor privado deve ser conclamado para aderir proativamente em ações de responsabilidade socioambiental, interagindo com o poder público e com a sociedade civil organizada. Articular-se com esses segmentos é angariar parcerias que são fundamentais no processo de discussão, de construção do plano de saneamento e de implementação das ações.

Neste contexto o modelo de Gestão preconizado prevê que tanto o controle social quanto o compulsório Controle Público, estejam delimitados de forma a proporcionar sua efetiva aplicação.

Assim, o Controle Social se dará a partir da representação da sociedade organizada e da participação do cidadão comum especialmente através dos seguintes mecanismos:

- Sistema de Informações de Saneamento Básico;
- Conferência Municipal de Saneamento Básico;
- Fórum Municipal de Saneamento Básico e
- Conselho Municipal de Saneamento Básico.



GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Contratante: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Supervisão: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

2 ESTRUTURAÇÃO DOS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL DO ACOMPANHAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

2. ESTRUTURAÇÃO DOS MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL DO ACOMPANHAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

2.1 Sistema de Informações de Saneamento Básico

O Sistema de informação de Saneamento Básico tem como base a solução desenvolvida para municípios do Estado de Santa Catarina, que constará do Produto VII do PMSB.

O conceito compreende disponibilizar via internet, acesso a informações específicas do município quanto ao diagnóstico e proposições para o saneamento básico, utilizando-se de ferramenta de geoprocessamento.

Compreende parte do Sistema de Informações a divulgação de resultados relativos ao PMSB através de outras mídias como Jornais, murais, folhetos, entre outros meios, de forma a permitir à comunidade o acesso integral às informações.

2.2 Conferência Municipal de Saneamento Básico

Recomenda-se que as Conferências Municipais de Saneamento Básico sejam realizadas na abrangência de bairro ou localidade (linhas, distritos, etc), com o objetivo de avaliar pontos específicos da comunidade em relação ao Saneamento Básico.

As conferências devem conter representantes do Conselho Municipal de Saneamento, representantes do executivo e obrigatoriamente representantes da localidade abrangida. Para tanto toda a localidade abrangida deverá ter acesso facilitado à informação da data, local e horário que ocorrerá a conferência

Sugere-se que as conferências sejam feitas antes das revisões do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB, com tempo hábil para serem incluídos os temas, alterações e demais sugestões no próprio Plano e em discussão no Fórum Municipal de Saneamento.

Importante a adoção de critérios técnicos e operacionais para a realização das conferências municipais, assim como definir os representantes que irão participar do Fórum Municipal de Saneamento Básico.

2.3 Fórum Municipal de Saneamento Básico

Após as Conferências nas localidades do município, sugere-se reunir os temas, alterações, propostas e sugestões de forma mais objetiva em um Fórum municipal de Saneamento Básico, para então serem tomadas decisões de forma integrada com todo o município.

Desta forma propõem-se um fórum anterior a cada revisão do PMSB.

É importante que cada conferência seja representada neste Fórum, por integrantes da própria localidade origem da conferência.

2.4 Conselho Municipal de Saneamento Básico

Conforme preconiza a Lei Federal 11.445/2007, o Conselho Municipal de Saneamento Básico deverá ter representação:

- I - dos titulares dos serviços;
- II - de órgãos governamentais relacionados ao setor de saneamento básico;
- III - dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico;
- IV - dos usuários de serviços de saneamento básico;
- V - de entidades técnicas, organizações da sociedade civil e de defesa do consumidor relacionadas ao setor de saneamento básico.

Assim recomenda-se que a formatação do Conselho Municipal de Saneamento Básico, tenha como referencial o Grupo Executivo de Saneamento – GES, o qual foi criado para acompanhar e aprovar as fases de elaboração do PMSB, com a inclusão adicional da participação de outras entidades, classificadas pela administração municipal, como fundamentais para garantia da representatividade setorial.

Poderá a administração municipal no caso da existência de Conselho Municipal de Saúde ou Conselho Municipal de Meio Ambiente, utilizar algum conselho existente e a partir da inserção dos aspectos específicos do saneamento



GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Contratante: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Supervisão: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

básico, tratar do tema conjuntamente aos demais. Esta alternativa é completamente viável para municípios de pequeno porte de forma a evitar a constituição de novos fóruns de discussão de temas considerados prioritários.

Com base nos mecanismos apresentados a Gestão do Saneamento Básico será garantida e além disto compatível às fases do PDCA planejado para o setor.



GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Contratante: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Supervisão: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

3 MOBILIZAÇÃO SOCIAL

3 MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Entre os grandes desafios postos para a sociedade brasileira, a inclusão social igualitária frente às questões sanitárias e ambientais pode ser considerada como questão fundamental. Este desafio colocado ao poder público e à sociedade civil está em propiciar condições saudáveis à população através do planejamento, com participação popular, de ações que proporcionem um ambiente equilibrado e serviços de saneamento eficientes e sustentáveis.

Dessa forma, destaca-se a importância da participação da população na elaboração do PMSB, no qual se constitui ferramenta chave para planejamento dos serviços de saneamento.

Uma das maneiras mais eficientes de despertar as pessoas e promover a sua participação é a mobilização social, ferramenta que está ao alcance de todos e tem um papel fundamental na superação da cultura do “porque aqui é assim”.

A participação da população em processos decisórios é fundamental para garantir a co-responsabilidade entre órgão público e comunidade. Durante o desenvolvimento do trabalho a participação deve configurar como meta a ser alcançada e mantida, estimulada durante todo o processo através de estratégias adequadas, assim como, oficinas, audiências e consultas públicas através de pesquisas de opinião realizadas em diferentes momentos do processo de elaboração do PMSB. Para conseguir uma participação efetiva da população em todo o processo foi composta o Grupo Executivo do PMSB com entidades representativas dos vários setores da comunidade e do poder público.

3.1 Objetivos

- Objetivo Geral:
 - Garantir que a população participe de todas as etapas do PMSB, desde a fase preliminar do diagnóstico até a fase do relatório final.
- Objetivos Específicos:
 - Divulgar a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB;

- Envolver a população na discussão das potencialidades e deficiências, bem como os problemas relativos ao Saneamento Básico e suas implicações;
- Conscientizar a sociedade para a responsabilidade coletiva na preservação e conservação dos recursos hídricos;
- Estimular os segmentos sociais a participarem do processo de gestão ambiental.

3.2 Atividades Desenvolvidas

Oficinas com o Grupo Executivo de Saneamento e com a Equipe Técnica do Consorcio Engevix-Azimute.

Foi realizada 1 (uma) oficina para cada Audiência Pública, para apresentação ao Grupo Executivo os temas propostos nas fases, para discussão e assimilação dos conteúdos pelo Grupo Executivo, com antecedência mínima de 7 dias úteis das datas das respectivas Audiências.

As oficinas tiveram como objetivo a preparação e apresentação do que seria exposto nas Audiências Públicas no que se refere ao conteúdo preparado pelo Grupo Executivo de Saneamento com relação a cada fase e sua apresentação nas respectivas Audiências para conhecimento e validação com a participação da sociedade na discussão do PMSB.

A reunião serviu como momento de capacitação com todos os envolvidos no Grupo Executivo, como preparação dos assuntos a serem expostos e debatidos nas audiências, sendo utilizadas metodologias participativas para construção de diagnósticos e formulação de propostas para o enfrentamento das questões apresentadas.

A equipe de profissionais dentro de suas responsabilidades participou e definiu juntamente com o Grupo Executivo da preparação dos conteúdos que foram apresentados e discutidos nas audiências públicas, como os objetivos, metas e escopo do plano de trabalho, além de cronogramas e principais atividades a serem implementadas ao longo do desenvolvimento do Plano de Saneamento Básico, previstas para cada fase do trabalho, nas respectivas audiências públicas.



GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

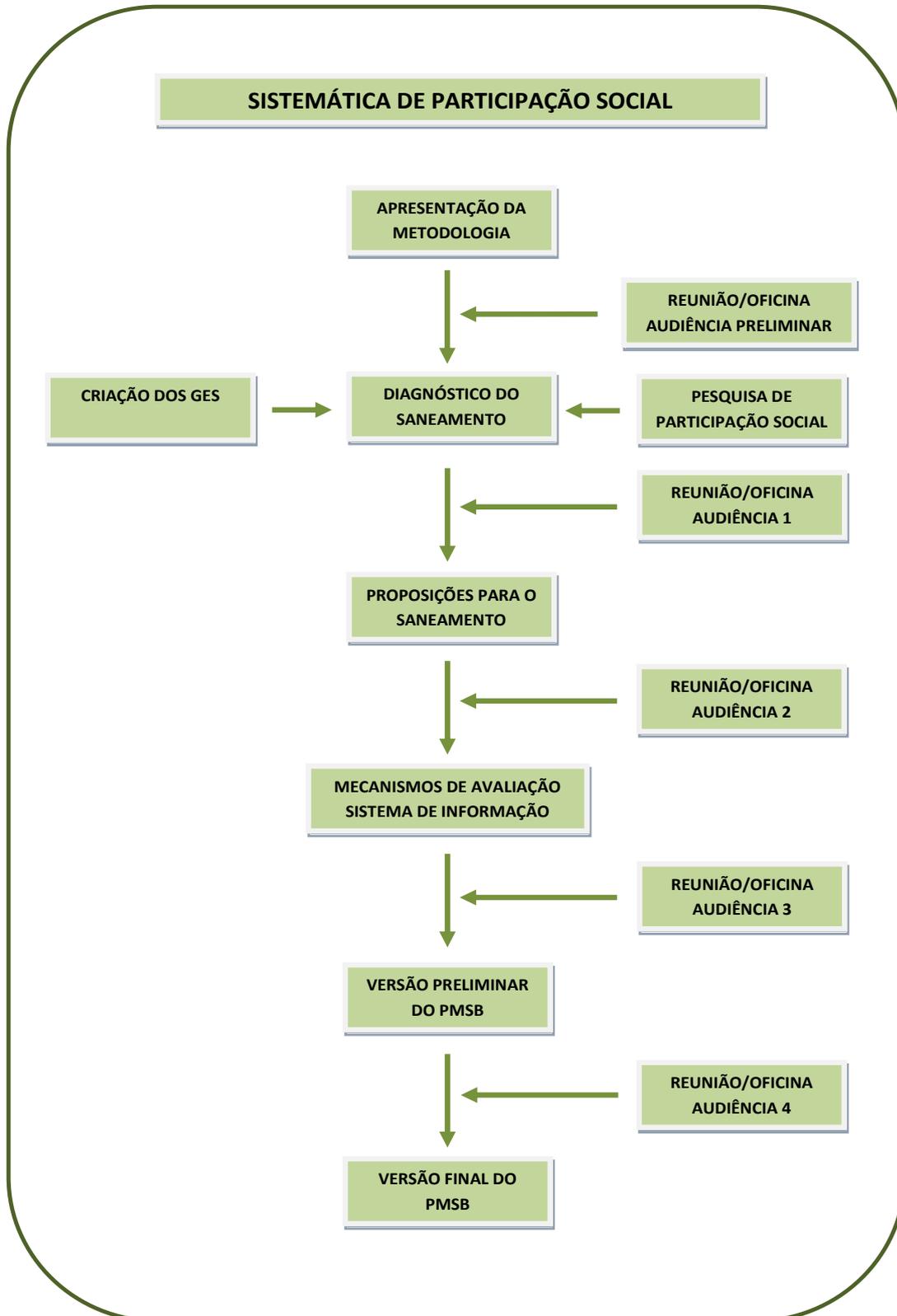
Contratante: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Supervisão: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

O Grupo Executivo de Saneamento apoiou a equipe técnica no desenvolvimento do PMSB, discutindo por meio de grupos temáticos os problemas levantados nas audiências públicas, iniciando o processo de identificação de alternativas para solucioná-los e recomendando ações a serem incorporadas ao plano, fortalecendo, assim, a interação entre a equipe técnica e os atores sociais.

A seguir apresentamos o Fluxograma, com a metodologia adotada.

Figura 1 - Sistemática de Participação Social





GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Contratante: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Supervisão: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

4 FASES DO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO

4 FASES DO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO

4.1 Fase Preliminar – Apresentação da Metodologia de Elaboração do Plano Municipal de Saneamento

4.1.1 Composição do Grupo Executivo de Saneamento Básico - GES

O GES no âmbito do PMSB compreende a representação das entidades públicas e privadas, bem como de setores representativos da sociedade, tendo como função acompanhar e homologar os produtos referentes a cada fase do PMSB.

O objetivo da Oficina Preliminar foi apresentar ao GES conceitos e metodologia para o desenvolvimento dos trabalhos de elaboração do PMSB.

A oficina preliminar com o GES do município de Lindóia do Sul foi realizada em 02.03.2010 com a presença dos integrantes do GES.



Foto 1- Grupo GES

A apresentação foi realizada pelos técnicos do CEA, destacando os seguintes tópicos:

- O que é o Plano de Saneamento Básico;
- Porque elaborar o Plano de Saneamento Básico;
- Conceito de Saneamento Básico;
- Conceito de Abastecimento de Água Potável;
- Conceito de Esgotamento Sanitário;

- Conceito de Drenagem e manejo de Águas Pluviais Urbanas;
- Conceito de Limpeza Pública e manejo de Resíduos Sólidos;
- Planejamento de atividades do PMSB – 09 Fases
- Detalhamento das fases de desenvolvimento do PMSB;
- Plano de Comunicação Social
- Canais de Comunicação com a Equipe Técnica.

Na ocasião deste evento, foram obtidas informações preliminares dos serviços e infra-estrutura de saneamento básico presente, de forma a permitir a formatação de um diagnóstico preliminar.

4.1.2 Audiência pública preliminar – apresentação da metodologia de elaboração do plano municipal de saneamento

O objetivo da Audiência Pública Preliminar foi apresentar a população, conceitos e metodologia para o desenvolvimento dos trabalhos de elaboração do PMSB.

A apresentação foi realizada pelos técnicos do CEA, destacando os seguintes tópicos:

- O que é o Plano de Saneamento Básico;
- Porque elaborar o Plano de Saneamento Básico;
- Conceito de Saneamento Básico;
- Conceito de Abastecimento de Água Potável;
- Conceito de Esgotamento Sanitário;
- Conceito de Drenagem e manejo de Águas Pluviais Urbanas;
- Conceito de Limpeza Pública e manejo de Resíduos Sólidos;
- Planejamento de atividades do PMSB – 09 Fases
- Detalhamento das fases de desenvolvimento do PMSB;
- Plano de Comunicação Social
- Canais de Comunicação com a Equipe Técnica.

O evento foi realizado no dia 25 de março de 2010.



Foto 2 - Audiência Pública Preliminar

4.2 Apresentação do diagnóstico dos serviços de saneamento básico

4.2.1 Pesquisa de Contribuição da Comunidade

Uma das diretrizes definidas pela ONU e compromisso firmado pelo Brasil, é a redução, pela metade, até 2015, do número de pessoas sem acesso à água potável e aos serviços básicos de saneamento básico. Neste viés a Política Nacional de Saneamento Básico, o Conselho das Cidades em parceria com as Secretarias de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável delinearam uma nova forma de gestão do Saneamento Básico no Brasil e conseqüentemente no Distrito Federal, Estados e Municípios Brasileiros com o desafio de induzir as seguintes transformações sociais:

- Redução das desigualdades sociais e promoção da inclusão social, por meio de uma distribuição mais justa dos benefícios do processo de urbanização mediante universalização do acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta e disposição final adequada de resíduos sólidos e drenagem urbana/controlado de inundações;
- Promoção e proteção da saúde da população, contribuindo para a inversão dos gastos em ações curativas de doenças causadas por veiculação hídrica e para a melhoria dos indicadores de morbidade e de mortalidade relacionados à falta ou precariedade dos serviços de saneamento;

- Garantia da salubridade ambiental nas cidades e nas áreas rurais, entendendo o saneamento como um intensivo usuário dos recursos naturais e, portanto, indutor da redução dos níveis de degradação do meio ambiente, em especial da qualidade dos mananciais e recursos hídricos em geral, favorecendo melhores condições de bem-estar e o pleno gozo da saúde;
- Desenvolvimento urbano, constituindo importante vetor para a expansão urbana, para a recuperação de áreas degradadas por ocupação irregular e revitalização dos fundos de vales;
- Melhoria da qualidade de vida da população motivada por externalidades positivas, que são geradas a partir da universalização dos serviços de saneamento ambiental, atribuindo sustentabilidade ao desenvolvimento;
- Desenvolvimento Econômico, por se tratar de uma área intensiva em mão-de-obra e geradora de oportunidades de emprego, trabalho e renda nas mais diversas atividades econômicas.

Considerando estes tópicos e tendo em vista que o Plano Municipal contempla a universalização da população atendida com Saneamento Básico nos próximos 20 anos. O Consórcio Engevix-Azimute – CEA, visando um processo participativo da comunidade desenvolveu um material de pesquisa para ser disponibilizado aos municípios.

Este material de pesquisa consiste num formulário com perguntas fechadas e abertas dentro dos eixos do Saneamento Básico definidos pela Lei nº 11.445/07.

- Abastecimento de Água;
- Esgotamento Sanitário;
- Limpeza Pública e manejo de Resíduos Sólidos;
- Drenagem Urbana e manejo de Águas Pluviais;

Foram disponibilizados no Município de Lindóia do Sul o total de 1600 (mil e seiscentos) Formulários de Pesquisa para subsidiar a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB.

Planos Municipais de Saneamento Básico

Lote 5

O que é Saneamento Básico ?

Saneamento básico é o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais. O correto gerenciamento desse sistema, baseado no desenvolvimento sustentável, favorece a qualidade de vida da população. O Saneamento Básico Compreende:

Abastecimento de Água Potável
Compreende os serviços de captação de água, tratamento, reservatórios, rede de distribuição, além da operação, manutenção e controle de qualidade para garantir água em quantidade e qualidade suficiente para as necessidades da comunidade.

Esgotamento Sanitário
Compreende os serviços de coleta, afastamento e tratamento dos esgotos sanitários em unidades apropriadas, bem como a operação, manutenção e controle de qualidade de forma a preservar a qualidade da água dos nossos rios.

Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos
Compreende os serviços de coleta, transporte, tratamento, e destinação final do lixo gerado nos domicílios, estabelecimentos públicos e comerciais, além dos serviços de varrição e limpeza geral da nossa cidade.

Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais
Compreende as estruturas de coleta e afastamento das águas de chuva, incluindo bocas de lobo, tubulações, galerias, valas de drenagem, pequenos canais, ribeirões até seu lançamento no corpo d'água.

Opine sobre as questões abaixo:

Município _____

Como é o abastecimento de água na sua casa?
 Muito Bom Bom Ruim Péssimo

Você possui caixa d'água em casa?
 Sim Não

Qual o volume de sua caixa d'água?
 250Litros 500Litros 1.000L + de 1.000Litros

Com que frequência você faz a limpeza da caixa d'água?
 A cada 6 meses A cada ano A cada 2 anos Nunca fiz

Como você vê a limpeza geral de sua cidade?
 Muito Bom Bom Ruim Péssimo

Como é a coleta de lixo na sua rua?
 Muito Bom Bom Ruim Péssimo

Com que frequência a coleta é feita na sua rua?
 Diária 3x/sem. 2x/sem. 1x/sem.

Você se dispõe a separar o lixo para uma coleta de materiais recicláveis?
 Sim Não

Realização: 

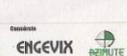
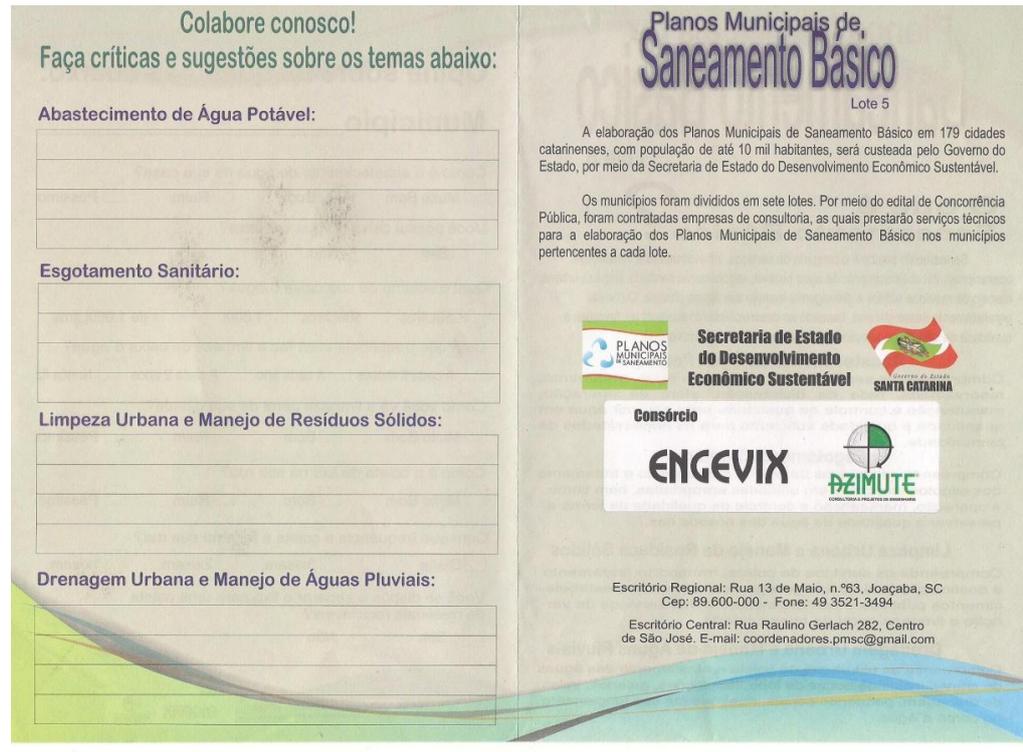
Coordenação: 

Figura 2 – Modelo dos Questionários



Colabore conosco!
Faça críticas e sugestões sobre os temas abaixo:

Abastecimento de Água Potável:

Esgotamento Sanitário:

Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos:

Drenagem Urbana e Manejo de Águas Pluviais:

Planos Municipais de Saneamento Básico
Lote 5

A elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico em 179 cidades catarinenses, com população de até 10 mil habitantes, será custeada pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável.

Os municípios foram divididos em sete lotes. Por meio do edital de Concorrência Pública, foram contratadas empresas de consultoria, as quais prestarão serviços técnicos para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico nos municípios pertencentes a cada lote.

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável

Consórcio ENGEVIX / AZIMUTE

Escritório Regional: Rua 13 de Maio, n.º63, Joaçaba, SC
Cep: 89.600-000 - Fone: 49 3521-3494

Escritório Central: Rua Raulino Gerlach 282, Centro de São José. E-mail: coordenadores.pmsc@gmail.com

Figura 3 – Modelo de Questionário Aplicado

O município recebeu os Formulários de Pesquisa juntamente com orientações, explicações e esclarecimentos de dúvidas, bem como sugestões de aplicação (metodologia) deste recurso junto à comunidade em geral, visando assim à construção coletiva do Processo Participativo.

Entendemos que num Processo Participativo e democrático é de suma importância que seja garantida informações que proporcionem à sociedade estabelecer compromissos em prol dos interesses comuns.

A promoção e incentivo à participação, mobilização e cidadania, antes de ser uma estratégia de trabalho, é um dever dos dirigentes públicos que administram a gestão de Políticas de Saneamento Básico. Colocar isto em prática é o grande desafio que demanda humildade, perseverança e respeito ao cidadão.

Neste sentido conseguimos concretizar nossos objetivos de mobilizar a sociedade a participar dentro das suas possibilidades e contribuir para um resultado aprimorado da realidade do município na elaboração do Plano de Saneamento Básico – PMSB.

4.2.1.1 Resultado dos dados obtidos

O modelo de avaliação proposto foi centrado na necessidade de obter resultados e caracterização das deficiências e potencialidades do município sobre o enfoque e a perspectiva do Saneamento Básico.

Abaixo serão apresentados através de gráficos os resultados dos 393 (trezentos e noventa e três) formulários de pesquisa que retornou do município totalizando 24,56% do total de formulários distribuídos

- **Gráficos de Abastecimento de Água**

O gráfico a seguir apresenta os índices de satisfação de como esta o abastecimento de água em seus domicílios.



Figura 4 - Índice de abastecimento de água nos domicílios

O gráfico a seguir apresenta os índices de população que dispõe de caixa d'água em seus domicílios.

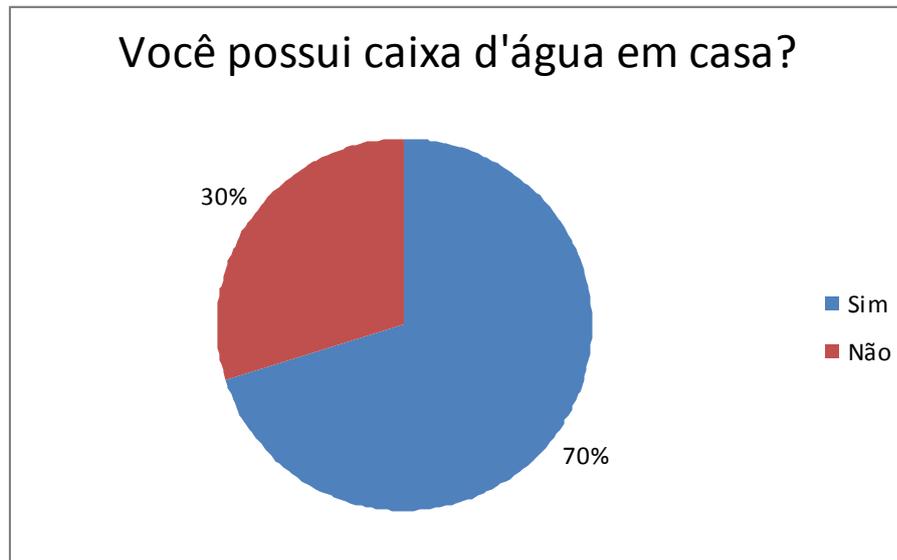


Figura 5 - Índice de domicílios providos de caixa d'água

O gráfico a seguir apresenta os índices de qual o volume das caixa d'água utilizadas no município de Lindóia do Sul.

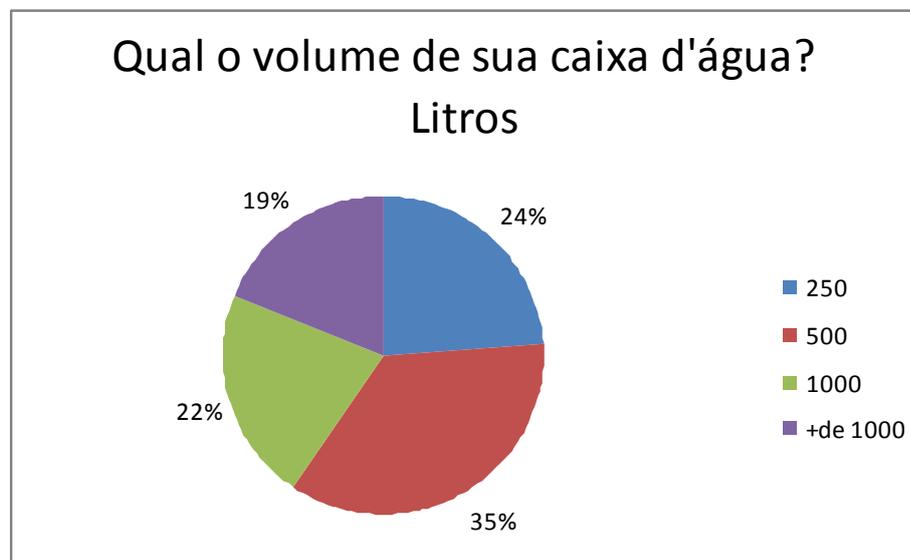


Figura 6 - Volume das caixas d'água no município

O gráfico a seguir apresenta os índices de frequência de limpeza das caixas d' águas.

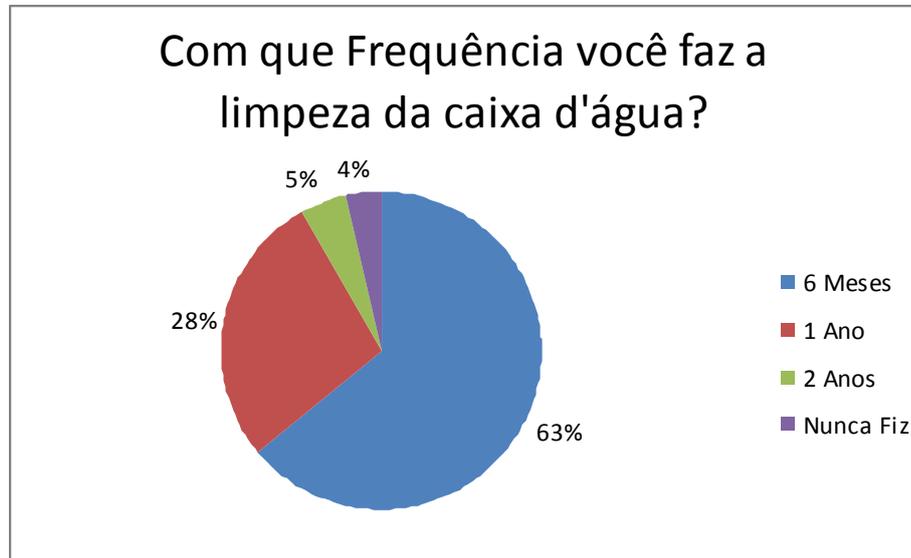


Figura 7 - Frequência de limpeza das caixas d'água

- **Gráficos de Coleta de Lixo**

O gráfico a seguir apresenta os índices com qual frequência é feita a coleta de lixo nas ruas do município de Lindóia do Sul.

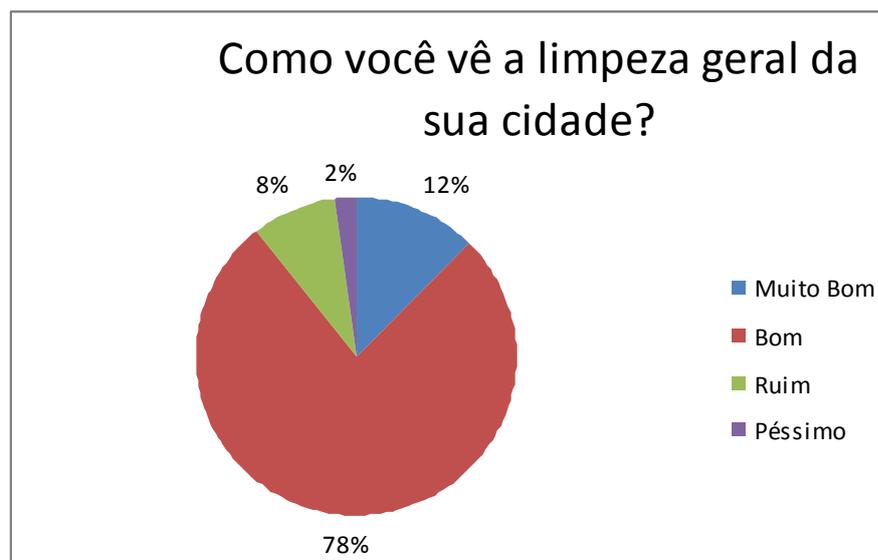


Figura 8 - Índice de satisfação com a limpeza pública

O gráfico a seguir apresenta os índices de satisfação de como esta a limpeza em geral do município de Lindóia do Sul.

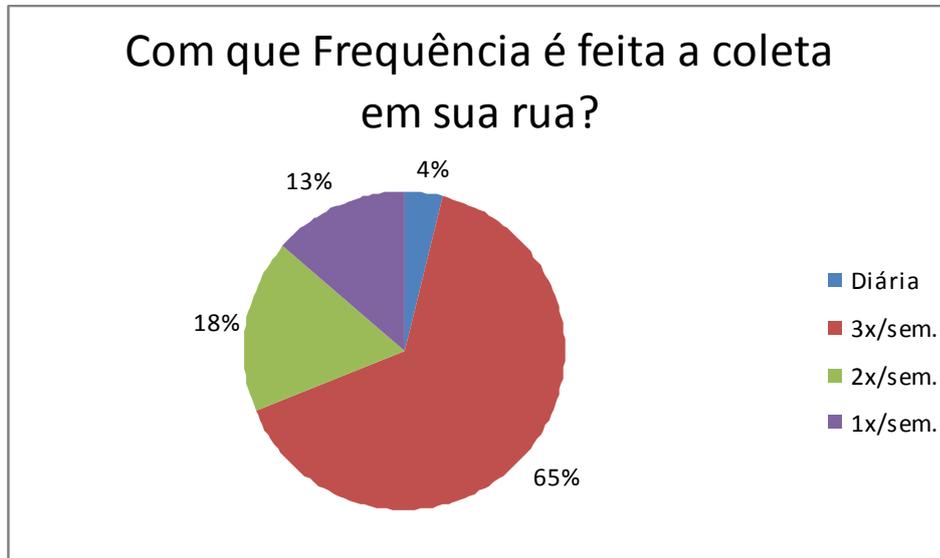


Figura 9 - Frequência de coleta de Resíduos

O gráfico a seguir apresenta os índices de disponibilidade da população de Lindóia do Sul em separar o lixo para uma coleta seletiva.

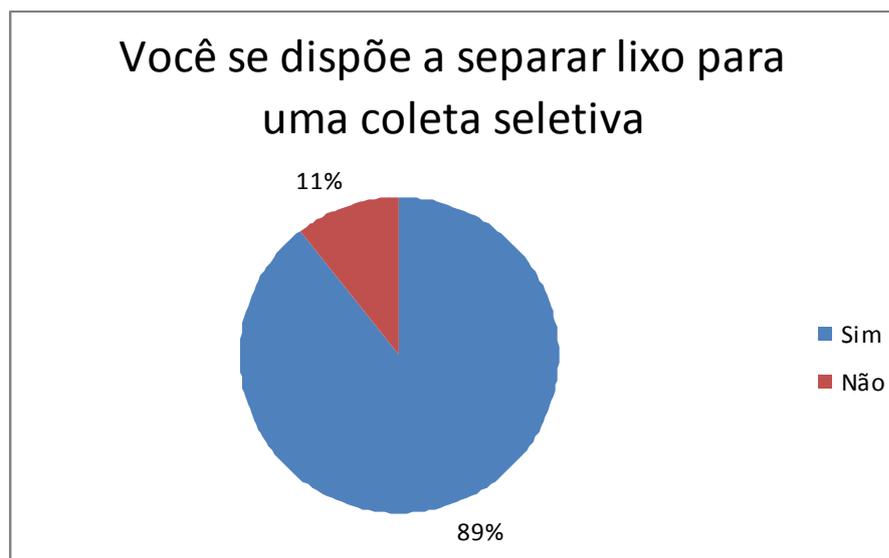


Figura 10 - Índice de disponibilidade de separação para coleta seletiva

4.2.2 Reunião, Oficina e Audiência Pública 01

Concluindo, a experiência do Processo Participativo no Município foi muito rica e propiciou ganho de qualidade na gestão do Plano de Saneamento Básico, além de demonstrar a viabilidade de um processo franco e aberto com a sociedade sem ameaças à função do estado como ente coordenador e regulador.

No dia 14 do mês de maio de 2010, realizou-se a oficina 01, com o objetivo de apresentar o diagnóstico dos serviços de saneamento básico ao GES.



Foto 3 - Reunião/Oficina 1

A audiência de apresentação do diagnóstico prevista no município de Lindóia do Sul foi realizada no dia 01 de junho 2010 teve como objetivo à exposição para a população dos estudos desenvolvidos pela Equipe técnica da Engevix/Azimute.



Foto 4 – Audiência Pública 1

A Audiência Pública tem como propósito apresentar os problemas e potencialidades existentes no município referente às questões que envolvem os serviços de saneamento básico e, também, para mostrar as inter-relações entre o saneamento básico e as demais áreas de saúde pública, meio ambiente, controle urbano, habitação e outras.

É importante que as ações sejam amplamente divulgadas para todos os cidadãos, inclusive com a divulgação antecipada dos conteúdos elaborados no decorrer das fases anteriores.

4.3 Apresentação das proposições dos serviços de saneamento básico

Seguindo a metodologia anteriormente apresentada, para esta fase, foram realizadas oficina, reunião e audiência pública.

4.3.1 Reunião, Oficina e Audiência Pública 02

Não diferente das fases anteriores o CONSÓRCIO ENGEVIX/AZIMUTE, realizou atividades de Reuniões/Oficinas junto ao GES e Audiências Públicas abertas para toda a comunidade.

Na reunião e oficina com o grupo de saneamento foram apresentados os resultados obtidos com as projeções dos cenários tendencial e desejável (universalização). Ao término da apresentação construiu-se o cenário normativo, definindo-se os índices a serem adotados para o planejamento do município nos próximos 20 anos, de acordo com a realidade e potencialidade do município.

No município de Lindóia do Sul, a Reunião/Oficina ocorreu no dia 07/10/2010, onde foi apresentado e discutido o Prognóstico para o PMSB e as projeções para os diferentes cenários, de forma a consolidar o Cenário Normativo, base para as projeções futuras, conforme já destacado na descrição metodológica.

A audiência pública no município de Lindóia do Sul, ocorreu no dia 28/10/2010, com a apresentação e discussão do Cenário Normativo e investimentos correlacionados.

A seguir apresentamos registros fotográficos dos eventos realizados:



Foto 5: Oficina/Reunião 2 Grupo Executivo



Foto 6: Audiência Pública 2

4.4 Apresentação da Versão Preliminar do Plano Municipal de Saneamento Básico

A exemplo das etapas anteriores do Plano Municipal de Saneamento Básico, como forma de participação da sociedade na elaboração do mesmo, foram realizados uma Oficina/Reunião e uma Audiência Pública que tiveram como meta discutir e aprovar a versão preliminar do PMSB.

4.4.1 Reunião, Oficina e Audiência Pública 03

A Oficina/Reunião 3, em Lindóia do Sul foi realizada no dia 04 de Agosto de 2011, as 16 horas, na Câmara de Vereadores (Rua Tamandaré nº 98, Centro) e contou com a presença dos integrantes do GES (Grupo Executivo de Saneamento). Na ocasião, o Técnico do Consórcio Engevix/Azimute apresentou a versão preliminar do Plano Municipal de Saneamento Básico, sendo o mesmo aprovado sem ressalvas.

Em Reunião com o GES ficou determinado que a Audiência Pública 3 para a apresentação da versão preliminar à comunidade, seria realizada no dia 23 de Agosto de 2011, as 15:30 horas na Câmara de Vereadores.



Foto 7 - Oficina/Reunião 3

A Audiência Pública 3 de Lindóia do Sul, foi realizada no dia 23 de Agosto de 2011, as 15:30 horas na Câmara de Vereadores, onde o Técnico do Consórcio Engevix/Azimute apresentou a autoridades e à comunidade em geral a versão preliminar do Plano Municipal de Saneamento Básico. Tal versão foi aprovada pelos presentes para a elaboração da versão final do plano.



Foto 8- Audiência Pública 3

Seguem em Anexo, as listas de presença da Reunião/Oficina 3 e Audiência Pública 3.

4.5 Apresentação da Versão Final do Plano Municipal de Saneamento Básico

Por fim, como forma de participação da sociedade na elaboração do mesmo, foram realizados uma Oficina/Reunião e uma Audiência Pública que tiveram como meta discutir e aprovar a versão Final do PMSB.

4.5.1 Reunião, Oficina e Audiência Pública 04

No município, o Grupo Executivo de Saneamento - GES definiu que não houve necessidade de data para realização da Oficina/Reunião 4, devido a praticamente não haver mudanças, portanto a Oficina/Reunião 4 foi realizada de forma sucinta, logo após a Audiência Pública 3. Na ocasião, o Técnico do Consórcio Engevix/Azimute apresentou a versão final do Plano Municipal de Saneamento Básico, sendo o mesmo aprovado sem ressalvas.

A Audiência Pública 4 de Lindóia do Sul, foi realizada no dia 20 de setembro de 2011, as 16 horas na Câmara de Vereadores, onde o Técnico do Consórcio Engevix/Azimute apresentou a autoridades e à comunidade em geral a versão Final do Plano Municipal de Saneamento Básico. Tal versão foi aprovada pelos presentes.



Foto 9 - Audiência Pública Final

Seguem em Anexo, as listas de presença da Reunião/Oficina 4 e Audiência Pública 4.



GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Contratante: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Supervisão: SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

5. ANEXOS